

Confiança e convivência

Aportes para uma hermenêutica da confiança na convivência humana

Rudolf von Sinner*

Resumo: A confiança é base fundamental da convivência humana. Porém, pesquisas mostram que a confiança interpessoal está baixa na América Latina. Mais precisamente, a confiança se estende apenas às famílias às quais as pessoas pertencem, e não a terceiros desconhecidos, o que seria, no entanto, um importante pressuposto para uma cultura política verdadeiramente democrática. A confiança é vista como aposta, ligada a uma ética maior e caracterizada como dádiva. A hermenêutica da confiança visa compreender a convivência com outras pessoas a partir da confiança, o que é explicitado em dois exemplos: a comunhão ecumênica e a sociedade.

Resumen: La confianza es la base fundamental de la convivencia humana. No obstante, investigaciones muestran que la confianza interpersonal está baja en América Latina. Más precisamente, la confianza se extiende apenas a las familias a las cuales las personas pertenecen, y no a terceros desconocidos, lo que sería, no entanto, un importante presupuesto para una cultura política verdaderamente democrática. La confianza es vista como apuesta, ligada a una ética mayor y caracterizada como don. La hermenéutica de la confianza intenta comprender la convivencia con otras personas a partir de la confianza, lo que queda explícito en dos ejemplos: la comunión ecuménica y la sociedad.

Abstract: Trust is the basic foundation of human conviviality. However, research shows that interpersonal trust is very low in Latin America. More precisely, trust is extended only to the families to which the people belong, and not to unknown others, which would be, on the other hand, an important presupposition for a truly democratic political culture. Trust is seen as a bet, connected to a greater ethics and characterized as a gift. The hermeneutics of trust aims at comprehending the conviviality of other people based on trust, which is made clear in two examples: ecumenical fellowship and the society.

* Natural de Basiléia/Suíça, doutor em Teologia pela universidade da mesma cidade. Professor de Teologia Sistemática, Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso da Escola Superior de Teologia (EST) em São Leopoldo/RS e pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Gostaria de agradecer ao público, a vários colegas e, em especial, ao Grupo de Pesquisa “Ética Teológica e Sociedade”, pelas valiosas correções, sugestões e debates.

Em homenagem a Dietrich Ritschl aos 75 anos

Convido vocês a embarcar, inicialmente, numa viagem para o século XVI. Estamos na Espanha, no período mais feroz da Inquisição. Frequentemente, vê-se arder as fogueiras com os chamados “hereges”, que seriam os inimigos da verdadeira fé. Neste inferno de chamas, Jesus volta à terra e anda entre o povo. Todo mundo o reconhece. Enquanto começa a cuidar do povo, curar enfermos e ressuscitar mortos, chega o grande inquisidor. Imediatamente, manda prender Jesus. De noite, visita-o na sua estreita cela. “Por que vieste incomodar-nos?”, pergunta o grande inquisidor e anuncia que, no próximo dia, Jesus vai morrer na fogueira como um dos piores hereges. Num grande sermão, o inquisidor explica, essencialmente, o fracasso da mensagem evangélica. Jesus teria proclamado a liberdade, mas o povo não soube lidar com ela. Era preciso que a igreja o conduzisse. O povo queria a paz, a segurança, a felicidade, mesmo que submisso à autoridade da igreja. Não queria nem suportaria a liberdade, pois esta traz insegurança e risco. “Por que vieste, portanto, entrar a nossa obra?” Jesus não diz nada. Fica calado até o fim. Percebe que já não era Deus que habitava no coração do inquisidor, mesmo que representasse a igreja. No fim, beija-lhe os lábios. O inquisidor, com o coração queimado, deixa-o ir embora. “Vai e nunca mais voltas...nunca mais.”¹

Esta estória é contada pelo escritor russo Fiodor Dostoievski (1821-1881). É uma estória muito rica, tocando nos aspectos mais profundos da vida humana e da fé. Assim é o livro todo do qual este conto é tirado: *Os Irmãos Karamasov*. Das suas muitas facetas, destaco apenas uma: a liberdade, a característica mais profunda do ser humano, implica risco, implica assumir-se e não seguir simplesmente a autoridade. No conto, Jesus mostra que confia nesta qualidade humana, mais ainda: ele a promove. Enquanto isso, a igreja, supostamente sua seguidora, infantiliza o ser humano. Acha que é uma criança pequena que precisa ser guiada em tudo. Como um bom patrão, a igreja dá o que o povo quer: pão e jogos. Mas não confia na sua capacidade de usar a liberdade. Junto-me a Dostoievski em acreditar nesta capacidade dos seres humanos. Veremos adiante como é difícil construir convivência e como é preciso confiança não apenas na liberdade, mas no bom uso dela. Porém, é na mensagem evangélica que somos seres livres, capazes, dignos, norteados não pela autoridade absoluta de uma igreja ou

¹ Texto em português encontrado na Internet: <http://homepage.oninet.pt/670mzj/lit8.htm>, acesso em 02 de março de 2004.

outro poder, mas pelo Cristo, Palavra viva de Deus. A partir daí, igreja é a comunhão, em Cristo, das pessoas livres.

Voltemos ao século XXI. Ao ver o anúncio da temática desta aula, talvez vocês não tivessem certeza de sua vinculação com a teologia. Por isso, quis entrar logo no assunto, servindo-me da fascinante estória de Dostoievski. Pretendo não decepcionar a confiança que depositaram em mim de proferir uma palestra que tenha relevância para nossa reflexão teológica e para o caminhar da igreja. A aula inaugural, como cheguei a entendê-la, tem como finalidade abrir as portas do meu laboratório teológico para vocês e apresentar-lhes alguns aspectos da minha pesquisa atual, que visa analisar a contribuição das igrejas brasileiras para a cidadania². Ao longo deste primeiro ano de pesquisa, a necessidade da confiança mostrou-se-me como elemento central da convivência humana e, portanto, da democracia e da cidadania. A confiança é a base imprescindível de qualquer convivência, situe-se ela no âmbito da família, da igreja ou da sociedade, ou em qualquer outro agrupamento de seres humanos. Esta é a afirmação que pretendo explorar nesta reflexão, ainda incipiente, tentando dar alguns aportes para o que chamo uma “hermenêutica de confiança”³.

Minha palestra será dividida em quatro capítulos: após mostrar a necessidade e a falta de confiança, conforme constatada por várias pesquisas (1), identificarei diferentes aspectos da confiança (2). Em seguida, pretendo desenvolver aportes para uma hermenêutica da confiança, recorrendo ao testemunho bíblico (3). Por fim, procuro mostrar possíveis conseqüências dessa hermenêutica para duas áreas: o ecumenismo e a convivência na sociedade (4).

2 Cf. Rudolf von SINNER, *Healing Relationships in Society – The Struggle for Citizenship in Brazil*, *International Review of Mission*, v. 93, n. 396, 2004 (no prelo).

3 Sirvo-me, de modo especial, dos pensamentos do meu querido professor Dietrich Ritschl, a quem também dedico este texto ao completar seus 75 anos. Ele tem dado contribuições muito importantes à teologia sistemática no horizonte ecumênico. Além disto, sempre se empenhou na acolhida carinhosa de pessoas, entre eles estudantes, colegas, membros de comunidade, mas também desconhecidos. Ele pratica um jeito terapêutico de ser igreja, sempre zelando pelo bem-estar daqueles com quem convive. Não fala apenas de confiança, mas a vive. Portanto, é um grande exemplo de um ecumenismo que tem sua raiz na confiança, e esta nasce da presença do Cristo e do testemunho do Espírito Santo. Para a hermenêutica da confiança, veja Dietrich RITSCHL, *Theorie und Konkretion in der Ökumenischen Theologie: Kann es eine Hermeneutik des Vertrauens inmitten differierender semiotischer Systeme geben?*, Münster: LIT, 2003, especialmente p. 179-192, e a parte biográfica, p. 3-19; também CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS: COMISSÃO DE FÉ E ORDEM; CONIC, *Um tesouro em vasos de argila: instrumento para uma reflexão ecumênica sobre a hermenêutica*, São Paulo: Paulus, 2000, p. 10s.; Rudolf von SINNER, *Reden vom dreieinigen Gott in Brasilien und Indien: Grundzüge einer ökumenischen Hermeneutik im Dialog mit Leonardo Boff und Raimon Panikkar*, Tübingen: Mohr Siebeck, 2003, p. 23, 339s.

1 - Necessidade e falta de confiança

Pode parecer óbvio demais afirmar que precisamos confiar um no outro até nos procedimentos mais básicos. Se assim não fosse, vocês nem estariam aqui. Quando foi anunciada esta aula inaugural, vocês confiaram automaticamente que ela realmente aconteceria na data e no horário previstos e com a temática que foi divulgada. Ainda confiaram que o preletor iria preparar-se devidamente para apresentar a temática a vocês. Caso contrário iriam ficar com raiva dele – e com todo direito. Quem chegou de metrô deve ter confiado no condutor, assim como na construtora do trem; por isso, entrou com calma, esperando chegar ao lugar certo em tempo hábil. Ao comprar pão para seu café, dificilmente gastou muito tempo pensando na possibilidade de consumir um pãozinho contendo veneno. Confiou tanto na fiscalização da Secretaria da Saúde quanto na ética profissional do padeiro. Não por último, pressupôs o interesse deste em não prejudicar seus negócios e, portanto, em zelar pela satisfação dos seus clientes.

Assim, no dia-a-dia, confiamos em muitas pessoas, aparelhos, produtos, procedimentos, sem nos darmos conta disto. Não seria possível viver nossa vida se não pudéssemos confiar sem nos preocupar, sempre e especificamente, com cada aspecto da nossa vida. Sem confiança não existe vida.

No entanto, pesquisas parecem sugerir que não existe confiança neste país. Entre 17 países da América Latina, periodicamente pesquisados pela organização *Latinobarómetro*, o Brasil aparece em último lugar. Indagadas sobre “falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que nunca se é suficientemente cuidadoso no trato dos demais?”, apenas 4% dos entrevistados no Brasil afirmaram que se pode, sim, confiar. A média no continente é de 17%, sendo que o Uruguai apresenta a porcentagem mais alta de confiança (36%)⁴. Não é que, simplesmente, não exista confiança alguma, mas não se confia em pessoas desconhecidas. A mesma pesquisa mostra que se confia em pessoas ao redor ou de reconhecida habilidade – nos bombeiros (64% em toda a América Latina), nos colegas de trabalho ou estudo (59%), nos vizinhos (50%), porém não em pessoas desconhecidas⁵. Quanto às instituições, uma pesquisa do Fórum Econômico Mundial mostra que a lista de confiança é encabeçada pelas igrejas:

4 LATINOBARÓMETRO 2003, p. 26. Documento disponível em: <http://www.latinobarometro.org>. Acesso em 10 de fevereiro de 2004.

5 Ibid., p. 27. “Existen confianzas al interior de los grupos, segmentos de la sociedad mientras que no existe confianza entre los grupos, segmentos / redes”, p. 23.

| | |
|-----------------------------------|-----|
| Grupos Religiosos e Igrejas | 65% |
| ONGs | 61% |
| Forças Armadas | 59% |
| Imprensa e Mídia | 58% |
| Sistema Educacional | 56% |
| Sindicatos | 53% |
| Grandes empresas nacionais | 53% |
| Nações Unidas | 49% |
| Multinacionais no Brasil | 47% |
| OMC | 45% |
| Judiciário | 44% |
| Sistema de Saúde | 44% |
| Banco Mundial | 41% |
| Polícia | 40% |
| Governo | 38% |
| Congresso | 33% |
| Fundo Monetário Int. | 30% |

Foram entrevistadas 1.002 pessoas em nove regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Curitiba e Porto Alegre).

Fonte: *O Estado de São Paulo*, 08/11/2002, p. A17.

As pesquisas do Latinobarómetro mostram um quadro semelhante. É importante acrescentar, no entanto, que a confiança nas igrejas sofreu uma queda sensível nos últimos anos. Teria caído de 76%, em 1996, para 62%, em 2003, sendo que a maior queda foi de 2002 para 2003⁶. Gostaria de mencionar aqui que o colega *Egon Fröhlich*, da UNISINOS, está desenvolvendo uma pesquisa centrada exatamente na questão da confiança, e que entrevistou também estudantes desta casa para saber da sua confiança na IECLB e em outras pessoas e instituições. Espero com grande interesse os resultados de sua pesquisa⁷.

⁶ Ibid., p. 25-26.

⁷ Cf. o questionário da *Pesquisa sobre: Perspectivas e desafios da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) na construção de confiança para seus fiéis no Rio Grande do Sul*, aplicado no 2º semestre de 2003; também Egon Roque FRÖHLICH, *Confiança e economia no processo de mundialização, Estudos Leopoldenses: Série Ciências Humanas*, v. 35, n. 157, p.

Essa falta de confiança nas pessoas que não representam o próprio grupo é, a meu ver, um dos fatores mais importantes que impede a comunhão tanto entre igrejas quanto entre as pessoas e instituições da sociedade. No Brasil, uma raiz do problema me parece bem identificada nas reflexões do antropólogo Roberto DaMatta⁸. Segundo ele, uma mulher ou um homem é *pessoa* enquanto pertence a uma “família” encabeçada por um patrão, seja este o pai, o dono da empresa, o latifundiário, o político ou outra pessoa detentora de poder. Daí nasce a famosa frase “sabe com quem está falando?”. Esta quer identificar a pessoa como membro daquela “família” e reivindicar privilégios, como furar a fila no banco ou não ser multada no trânsito. A lei, instrumento elementar de qualquer sociedade transparente, pressupõe, no entanto, a igualdade de todas e todos. Por sinal, ao pesquisar o que mais importa para ter confiança nas instituições, surge com clareza: “que tratem todos por igual” (50%)⁹. Para DaMatta, esses sujeitos não seriam “pessoas”, mas “indivíduos”, definidos não a partir de suas relações com um patrão e demais membros da “família”, mas a partir dos seus direitos e deveres diante da lei – portanto, como cidadãos e cidadãs. As “pessoas” vão dizer: “Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei!” Aplicando esta distinção de DaMatta para nosso tema, podemos concluir que confiança existiria apenas dentro da “família de pessoas” e não fora dela, onde o ser humano seria abandonado à frieza da letra jurídica. O patrão é chefe numa hierarquia, ele manda e pode dar e retirar privilégios como quiser. Mas ele também é o pai que cuida e protege; portanto, é merecedor de confiança.

Onde não há confiança, falta o fio para costurar a sociedade e dar coesão a ela. Isto é reconhecido até na área onde mais prevalece a competição, inimiga da confiança: na economia. Francis Fukuyama, autor conhecido pelo seu polêmico livro sobre o chamado “fim da história”¹⁰, onde anunciou a vitória do sistema democrático e capitalista da sociedade ocidental frente ao desabamento do socialismo real, afirma no seu livro *Confiança*: “[...] uma das lições mais importantes que se aprende com um exame de

103-115, 1999. Diferente do constatado na p. 113, entendo que regras possam apoiar a confiança e que não se dê, necessariamente, o caso de uma “relação inversa entre regras e confiança”.

8 Roberto DAMATTA, *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro, 6. ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997, especialmente p. 187-248; id., *A casa e a rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil, 5. ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997, especialmente p. 65-95.

9 LATINOBARÓMETRO 2003, p. 27.

10 Francis FUKUYAMA, *O fim da história e o último homem*, Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Título original: *The End of History and the Last Man*.

vida econômica é que o bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionado a uma única, abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade.”¹¹ Relata o caso de uma empresa alemã ameaçada de falência, onde todos, inclusive os chefões, reduziram substancialmente a jornada e seu salário para salvar a empresa, o que conseguiram sem nenhuma demissão. Porém, não é apenas o resultado econômico que conta: “[...] a razão pela qual esses atores econômicos se comportaram dessa maneira não foi necessariamente eles terem calculado essas conseqüências econômicas antecipadamente; a solidariedade nas suas comunidades econômicas tornou-se, antes, um fim em si mesma.”¹² Portanto, esse economista, campeão na defesa da competição, reconhece que são necessárias confiança e solidariedade, valores que funcionam além do interesse próprio. Concluindo este capítulo, podemos dizer que há amplo consenso de que é inviável qualquer convivência social sem base na confiança. Caso contrário, teríamos a “guerra de todos contra todos”, conforme formulava Thomas Hobbes, controlável apenas pela força bruta da intervenção do Estado absoluto, cuja legitimação depende, precisamente, do fato de que tal intervenção é tida como necessária pelas pessoas, e que apenas um terceiro forte a possa fazer¹³. Mas o que é, afinal, a confiança?

2 - Aspectos da confiança

Não é fácil definir confiança, pois não é um conceito que, após ser adotado, possa resultar, diretamente, em ação¹⁴. Antes, é uma atitude que se mostra na própria ação. Apenas ao atuarmos com confiança, podemos identificá-la. Mesmo assim, podemos usar, plausivelmente, uma definição geral para termos, ao menos, uma idéia vaga do que estamos falando: “segurança íntima de procedimento” e “esperança firme”, define o Aurélio¹⁵.

11 Id., *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*, Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 21.

12 Ibid., p. 23s.

13 Thomas HOBBS, *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* [1651], São Paulo: Abril, 1974.

14 Para uma boa orientação num debate crescente, cf. Martin HARTMANN, Claus OFFE (Eds.), *Vertrauen: Die Grundlage des sozialen Zusammenhalts*, Frankfurt a.M.: Campus, 2001. Inspirei-me, em especial, no artigo de Claus OFFE, *Wie können wir unseren Mitbürgern vertrauen?*, in: *ibid.*, p. 241-294. Cf. ainda Piotr SZTOMPKA, *Trust: A Sociological Theory*, Cambridge, 1999; Mark WARREN (Ed.), *Democracy & Trust*, Cambridge, 1999.

15 Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA, *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 3. ed. totalmente revisada e ampliada, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 525.

O que me parece fundamental aqui é que confiança tem a ver com a segurança de uma expectativa. Tentarei aprofundar isto no que segue, detendo-me na confiança entre pessoas.

Primeiro, confiar significa *apostar*. Confiança pressupõe uma expectativa sobre a reação do outro. Eu invisto confiança quando posso esperar, com certa probabilidade, que o outro irá honrá-la. Ao tratar-se de pessoas com quem convivo diariamente, como familiares e colegas de trabalho, posso acompanhar seu comportamento a longo prazo. Assim, acumulo experiência sobre a confiabilidade da pessoa e sei em quem confiar ou não. No entanto, como posso confiar em pessoas que não conheço? Confiança sempre implica um risco. Minha experiência e meu saber podem ajudar-me a julgar se uma pessoa desconhecida é confiável ou não. Se alguém me pedir, quando embarco no ônibus, que leve junto uma bolsa para seu amigo que me esperaria ao chegar para apanhá-la, minha experiência vai aconselhar-me a recusar. Alternativamente, no mínimo, iria pedir o endereço e telefone do remetente e do destinatário, e checar o conteúdo, verificando que não levarei objetos perigosos ou ilegais. Muito depende também da aparência e do jeito da pessoa falar – embora estas percepções possam, obviamente, enganar. Depende ainda do raciocínio da pessoa, dando boas razões – ou não – para justificar por que não pode mandar os objetos pelo correio. Mais complicada ainda é a confiança em pessoas que nunca encontrarei. Qualquer sociedade funciona assim, pressupondo um nível mínimo de confiança entre pessoas que não sabem mais uma da outra do que serem cidadãos do mesmo Estado. Neste caso, muito depende da confiança que tenho no sistema político e jurídico do país para fazer minha aposta. Confiar sempre significa apostar no outro, pois nunca posso ter certeza absoluta de que minha confiança será honrada.

Há aqui um segundo aspecto. Ceder confiança é um *investimento prévio* que faço sem conhecer ainda a reação nem o resultado. Com isto, torno-me vulnerável¹⁶. Porém, confiança pode gerar confiança exatamente por ser investida unilateralmente. Ao adiantar confiança, imponho uma obrigação moral ao outro para honrá-la, pois decepcionar a confiança que alguém investe em mim é a pior decepção imaginável. Se alguém precisar da minha ajuda depois de um acidente de trânsito, sinto-me coagido a ajudá-lo, pois esperaria o mesmo do outro. Se eu for o autor do acidente, sou obriga-

16 Sobre uma “ética da vulnerabilidade”, cf. Sturla J. STÅLSETT, *Trust in the Market?: Social Capital and the Ethics of Vulnerability*, 2003. Disponível em: <http://www.iadb.org/etica/ingles/index-i.cfm>. Acesso em 18 de março de 2004.

do, por lei, a prestar socorro imediato¹⁷. Faz parte da confiança nos valores aceitos na sociedade poder contar, sempre e com rapidez, com o primeiro socorro prestado por qualquer pessoa a passar primeiro. Ao passear no mato, andar no trânsito ou em muitas outras situações que implicam certo perigo, adianta-se confiança. A expectativa é que alguém me socorra caso eu precisar, e não me deixe sofrer ou até morrer sem fazer tudo para resgatar-me. Sabemos, no entanto, da estória do bom samaritano, no Evangelho de Lucas, que isto nem sempre acontece, e que quem presta socorro pode ser a pessoa de quem menos se esperava esta reação (Lc 10.30-35).

Por outro lado, também confio que, a princípio, quem grita por ajuda não quer assaltar-me. É um velho truque fingir um acidente para aproveitar-se do impulso humano do passante que corre para ajudar, e roubá-lo. Quando isto acontece com frequência, diminui drasticamente a disposição das pessoas em ajudar, pois estão com medo de serem assaltadas. Desta forma, os ladrões que se fingiram de vítimas de acidente não apenas cometeram um crime, mas abalaram um dos mais importantes elementos da solidariedade humana: ajudar a quem estiver em perigo. Isto, por sua vez, reduz a vontade das pessoas de investir confiança nas outras.

O exemplo do pronto socorro em caso de perigo mostra que as expectativas que temos das ações de outras pessoas dependem de princípios éticos e regras morais amplamente aceitos. Invisto confiança porque presuponho que o outro partilhe comigo certos conceitos básicos. Um princípio amplamente conhecido e aceito é a chamada “regra de ouro”, que diz, na sua formulação bíblica no Evangelho de Mateus: “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles; porque esta é a Lei e os Profetas.” (Mt 7.12). Este princípio achou respaldo no *imperativo categórico* de Kant e encontra-se em muitas éticas filosóficas ou religiosas¹⁸. Além desta “ética mínima”, temos exigências maiores, como indica o próprio Sermão da Montanha, do qual extraí a citação da regra de ouro¹⁹. Aqui temos uma *ética maior* a ser seguida. Este é um terceiro aspecto da confiança, específico para quem adere a uma crença ou ideologia que con-

17 BRASIL, Lei N° 5.903 de 23 de setembro de 1997; Código de Trânsito Brasileiro, Artigo 304.

18 Uma forma do imperativo kantiano lê-se assim: “Age segundo uma máxima [regra ou preceito] tal que possas querer, ao mesmo tempo, que ela se torne uma lei universal.” Immanuel KANT, *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* [1785], in: *Werke*, v. IV, p. 51, trad. minha; cf. Hans KÜNG, *Uma ética global para a política e a economia mundiais*, trad. de Carlos Almeida Pereira, Petrópolis: Vozes, 1999, p. 178s. Título original: *Weltethos für Weltpolitik und Weltwirtschaft*, 1997.

19 Cf. Gerd THEISSEN, *Die Religion der ersten Christen: Eine Theorie des Urchristentums*, Gütersloh, 2000, p. 242-247.

tenha exigências éticas. Ao encontrar uma pessoa que siga uma ética maior, essa tem direito a maior confiança, mas também é sujeita a maior cobrança. “Àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido; e àquele a quem muito se confia, muito mais lhe pedirão”, diz Jesus nas parábolas sobre a vigilância (Lc 12.48). Uma igreja ou organização não-governamental (ONG) que receber doações em dinheiro e usá-las para outro fim do que o previsto prejudica não apenas sua relação direta com a entidade ou pessoa doadora. Ela também põe em xeque a confiança e disposição de doadores em geral, assim que a notícia vier à tona. Pessoas e organizações que se propõem a uma causa justa, como lutar contra a pobreza, têm alta probabilidade de ganhar muita confiança, pois apelam aos corações das pessoas que ainda têm um sentimento de injustiça diante da pobreza. Portanto, a decepção ao falhar será maior também, pois mexe com sentimentos profundos. Do mesmo modo, pessoas exercendo um ministério religioso são, em geral, consideradas merecedoras de alta confiança pela sua função e proposta de vida, que implica uma ética profissional muito exigente. Conseqüentemente, a decepção é inestimável ao se descobrir que ela, por exemplo, quebrou o sigilo confessional ou cometeu assédio sexual.

Um quarto aspecto é que a confiança é um presente, é *dádiva*, *não pode ser obrigação*. Por isso mesmo, pode ser dada apenas por pessoas que o fazem com convicção. Leva muito tempo para estabelecer um clima de confiança, mas ele pode ser destruído num instante. Uma vez destruído, é muito difícil restabelecê-lo. Permitam-me citar um exemplo de outro contexto que pode elucidar bem este aspecto. A *Comissão de Verdade e Reconciliação*, instalada na África do Sul após o fim do *apartheid*, tentou começar este processo de volta à confiança. Ela o fez tornando pública a verdade sobre as atrocidades cometidas, principalmente, por policiais brancos contra pessoas negras. Enquanto conseguiu, em muitos casos, revelar a verdade, não teve o mesmo êxito na reconciliação²⁰. Muitos policiais se manifestaram diante da comissão para conseguir a anistia prevista para quem revelasse a verdade sobre crimes políticos. Mas nem todos mostraram arrependimento. A comissão conseguiu incentivá-los a dizer a verdade, mas não pôde obrigá-los a reconhecer sua culpa e arrepender-se. No entanto, esta postura é imprescindível para a reconciliação. Do mesmo modo não se pode obrigar alguém a confiar. A confiança funciona apenas quando dada na gratuidade. É dádiva. Pode ser restabelecida apenas se, pelo menos, um dos atores, por livre vontade, resolver investir de novo no outro.

20 Cf. Katrin KUSMIERZ, *Vom Umgang mit Schuld: Theologie und Kirche im Kontext der Wahrheits- und Versöhnungskommission in Südafrika*, Basel: Theologische Fakultät, dezembro de 1998. Dissertação de licenciatura.

Por fim, é importante ressaltar que ninguém vai investir confiança se julgar que será decepcionado. Portanto, a confiança procura ser *informada* e não ingênua. Convém ressaltar que a própria confiança pode ser corrompida. A colaboração entre ladrões, traficantes de drogas e outros criminosos também pressupõe confiança. Muito provavelmente, esta confiança é regida mais pela lei ferrenha que o crime impôs do que pela livre vontade dos participantes. Além disto, serve para um fim que destrói em vez de construir sociedade. Mais geralmente, confiar na pessoa errada ou no momento errado pode ter conseqüências desastrosas. Não é aconselhável confiar de modo ingênuo. É preciso ler os sinais que possam indicar um perigo. Obviamente, nem sempre é possível detectar a má intenção da pessoa que requer nossa confiança. É com experiência e um olho atento à realidade que nos cerca que aprendemos a lidar, até certo ponto, com este problema. Portanto, repito, não basta a confiança em si, mas esta confiança precisa ser inserida num sistema maior de valores que visam ao bem-estar de todas as pessoas. Estes valores precisam ser reconhecidos pela sociedade para que se possa garantir a confiabilidade das pessoas. À medida que posso esperar os outros honrarem minha confiança, estou mais disposto a concedê-la. Se eu fosse o único a confiar e a se comportar de forma confiável, ficaria sozinho com todo o prejuízo. No entanto, se posso pressupor que, a princípio, todos irão cumprir o necessário para honrar a confiança, tenho boas razões para confiar nos outros.

Convém introduzir aqui uma breve reflexão sobre *convivência*. Num nível primário, ela significa simplesmente o fato de que, como seres humanos, não vivemos sozinhos. Faz parte do nosso ser que coexistimos com outros homens e outras mulheres. É inevitável o contato diário com vizinhos, colegas de estudo, funcionários da empresa de ônibus, vendedoras de padaria, professoras e professores e muitas outras pessoas. É, inclusive, um dos aspectos mais prazerosos da condição humana: viver relações. Portanto, além do simples fato de coexistir, é preciso buscar moldar e orientar esta coexistência para se tornar convivência, “vizinhança assumida”²¹. Inspirado por reflexões a partir da América Latina, que surgiram em encontros, inclusive com nosso colega Roberto Zwetsch, o teólogo alemão Theo Sundermeier divulgou o conceito de convivência como “comunidade de aprendizagem, apoio mútuo e celebração”²². É o caminhar junto que importa, e

21 Assim a chamou o colega Gottfried Brakemeier em mensagem de *e-mail* que me enviou em 21 de abril de 2004.

22 Theo SUNDERMEIER, *Konvivenz als Grundstruktur ökumenischer Existenz*, in: Wolfgang HUBER, Dietrich RITSCHL, Theo SUNDERMEIER, *Ökumenische Existenz heute*, München: Chr. Kaiser, 1986, p. 49-100, especialmente 51-59 sobre a origem do termo na América Latina.

este não é possível sem a confiança. Onde não há confiança, não haverá convivência neste sentido mais conceituado.

O desafio específico é de sair da restrição da confiança para meus familiares, amigos e irmãos de igreja para ser estendida a todas e todos com quem coexistem em determinado contexto, visando à convivência. À medida que esta confiança possa estar baseada em regras e valores aceitos por todos, sejam estes escritos – na constituição e nas leis – ou de costume geral, torna-se mais seguro confiar. Se bem vejo, é, principalmente, esta confiança, generalizada, que falta no Brasil. E não é assim por acaso. Acumularam-se experiências ruins com as autoridades e uma variedade de pessoas e instituições. Estas experiências deixaram a impressão de que apenas quem tem “amigos” ou “padrinhos” no lugar certo pode esperar ser atendido do modo que lhe é devido. Não se confia na confiabilidade das pessoas e instituições.

3 - Uma hermenêutica da confiança

Vimos como a confiança passa por estes cinco aspectos: ela é uma aposta, precisa de investimento prévio, está ligada a uma ética maior, é uma dádiva e precisa estar informada. Quero agora desenvolver o que entendo por uma *hermenêutica* da confiança. Conto, inicialmente, uma estória ligada à seguinte escultura, feita por um escultor africano.

Uma mulher de um vilarejo costumava sempre carregar sua Bíblia. “Por que sempre a Bíblia?”, perguntaram seus vizinhos implicando com ela. “Existem tantos outros livros que você poderia ler”, diziam. A mulher ajoelhou-se, segurou a Bíblia sobre a cabeça e disse: “Sim, é claro que existem muitos livros que eu poderia ler. Mas existe somente um livro que me lê.”²³

Isto é hermenêutica: ler, compreender, interpretar. Dois mil anos depois de ser escrita, nós lemos a Bíblia com nossos olhos de hoje. E ela lê, por assim dizer, nossas vidas: confronta nosso mundo com sua mensagem. Hermenêutica é o jeito de interpretar, um tipo de óculos pelos quais olhamos um texto e pelos quais, seguindo essa lógica, somos vistos.

Em primeiro lugar, nossa hermenêutica da confiança é formada pela noção da confiança na Bíblia. Ali, ela é um conceito central, embora isto não apareça tão facilmente, pois usamos, em geral, outra palavra: fé. A palavra grega para confiança, *pistis*, traduzimos, em geral, como fé. No

23 Hans-Ruedi WEBER, *Bíblia, o livro que me lê: manual para estudos bíblicos*, São Leopoldo: Sinodal, CEBI, 1998.

Antigo Testamento, o equivalente é o grupo de palavras ligadas a *'amn*, palavra que conhecemos de cada culto: “Amém!” “Firme!” O verbo, na flexão do *hif'il*, significa “estar firme, confiar, ter fé, crer”²⁴. Portanto, a confiança e conceitos afins têm destaque muito grande na Bíblia, estando ligados à própria fé. Sobre ela, Martinho Lutero diz no seu Catecismo Maior, ao explicar o primeiro mandamento, “não terás outros deuses” (Êx 20.3):

Deus designa aquilo de que se deve esperar todo o bem e em que devemos refugiar-nos em toda abertura. Portanto, ter um Deus outra coisa não é senão confiar e crer nele de coração. [...] Fé e Deus não se podem divorciar. Aquilo, pois, a que prendes o coração e te confias, isso, digo, é propriamente o teu Deus.²⁵

A fé como confiança é baseada na promessa de Deus. A promessa é primeira, e a resposta humana é a fé-confiança. Abrão, ao receber a promessa de Deus, “teve fé no Senhor, e por isso o Senhor o considerou justo”, como diz em Gn 15.6. Pela fé somos inseridos na comunhão com o Senhor. Ela ultrapassa fronteiras religiosas, sociais e de gênero: “Não há mais nem judeu nem grego; já não há mais nem escravo nem homem livre, já não há mais o homem e a mulher; pois todos vós sois um só em Jesus Cristo.” (Gl 3.28). Portanto, a confiança também chega a dar-se além de determinados grupos e procura superar as desigualdades, criando uma nova convivência entre iguais. Sabemos que a igreja, ao longo da história, muitas vezes reforçou desigualdades e exclusividades em vez de superá-las. Isto ficou evidente no conto do Grande Inquisidor. Mas ela convive com o desafio constante do Senhor que nos chama a uma ética da confiança mútua, que pressupõe a igualdade: “[...] vivei a vossa vida de acordo com o chamado que recebestes; em toda humildade e mansidão, com paciência, suportai-vos uns aos outros no amor; aplicai-vos a guardar a unidade do espírito pelo vínculo da paz. Há um só corpo e um só Espírito, do mesmo modo que a vossa vocação vos chamou a uma só esperança; um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, que reina sobre todos, age por meio de todos e permanece em todos.” (Ef 4.1-4).

Ao falarmos da confiança entre pessoas e de uma ética interpessoal que possa facilitá-la, precisamos ampliar o conceito de hermenêutica. Até

24 Hans WILDBERGER. *'mn*, in: Ernst JENNI, Claus WESTERMANN, *Theologisches Handwörterbuch zum Alten Testament*, 4. ed., München, Zürich: Chr. Kaiser, Theologischer Verlag, 1984, v. 1, p. 178. Nesta família de palavras também se encontram a *emuna* (fidelidade, sinceridade) e a *emet* (verdade).

25 Martinho LUTERO, Catecismo Maior, in: *Livro de concórdia*, trad. e notas de Arnaldo Schüller, 5. ed., São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, 1997, p. 394s.

agora o usamos para, a partir da realidade contemporânea, compreender aspectos da fé-confiança no testemunho bíblico. No entanto, uma hermenêutica da confiança também significa compreender a convivência com outras pessoas a partir da confiança. Como leio a Bíblia e ela me lê, assim leio pessoas e elas me lêem. Meu relacionamento com outras pessoas depende da percepção que tenho delas. Por um lado, minha confiança vai ser influenciada pelo comportamento das pessoas. Eis a confiança informada²⁶. Por outro lado, eu posso ver as pessoas de forma diferente, como imagem e semelhança de Deus, portadoras de uma profunda dignidade. Esta visão das pessoas, a partir da fé, cria uma ética maior que orienta meu comportamento em relação às pessoas. Daqui nasce a confiança que aposta, que faz um investimento prévio e é uma dádiva. O que significa isto para a convivência? E isto que irei explorar no último capítulo.

4 - Convivência a partir de uma hermenêutica da confiança

Gostaria de aplicar essa hermenêutica da confiança a duas formas específicas de convivência: o ecumenismo cristão e a sociedade.

a) Confiança e convivência na comunhão ecumênica

As igrejas cristãs crêem em Jesus Cristo, Filho de Deus Pai, pelo poder do Espírito Santo. Esta fé é confiança em Deus e junta as irmãs e os irmãos na comunhão da igreja. Contudo, em vez de confiança, há muitas vezes desconfiança²⁷. Já dentro de uma igreja, digamos, na Igreja Evangé-

26 Às vezes, fala-se da necessidade de uma *hermenêutica da suspeita*. Paul Ricoeur chamou Nietzsche, Freud e Marx os “mestres” da suspeita, pois questionam o sentido imediato, sendo este influenciado pela “vontade de poder” (Nietzsche), pelas “pulsões” (Freud) ou pelos interesses de classe (Marx). O próprio Ricoeur contrasta esta hermenêutica da suspeita com uma hermenêutica da confiança que seria orientada pelo futuro, porém apenas após ter passado pela suspeita, numa postura de “segunda ingenuidade”. Paul RICOEUR, *De l'interprétation: essai sur Freud*, Paris: Seuil, 1965; id., *Le conflit des interprétations*, Paris: Seuil, 1969; cf. Rudolf von SINNER. Ecumenical Hermeneutics: Suspicion versus Coherence?, In: Peter BOUTENEFF, Dagmar HELLER (Eds.), *Interpreting Together: Essays in Hermeneutics*, Geneva: WCC, 2001, p. 111-121. Eu tendo a situar as duas hermenêuticas em níveis diferentes: considero a hermenêutica da suspeita uma postura para desvelar, por exemplo, a existência quase que clandestina de mulheres nos textos bíblicos, conforme praticou Elisabeth SCHÜSSLER-FIORENZA em *In Memory of Her: A Feminist Theological Reconstruction of Christian Origins*, New York: Crossroad, 1984. A hermenêutica da confiança, no entanto, situa-se num nível mais profundo, sendo a pressuposição para qualquer empreitada hermenêutica positiva; cf. Rudolf von SINNER, *Reden vom dreieinigen Gott*, op. cit., p. 336-340.

27 Cf. Julio de SANTA ANA, para quem “é exatamente a falta de confiança na própria fé” que “leva a atitudes isolacionistas que, além de serem expressões de narcisismo religioso, não condizem com a dinâmica da fé cristã”. *Ecumenismo e libertação*, trad. Jaime A. Clasen, Petrópolis: Vozes, 1987, p. 227.

lica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) com suas tendências mais tradicionais, progressistas, pietistas ou carismáticas, existem tensões, distanciamiento, preconceitos e desconfiança que contradizem o princípio da confiança a partir da fé comum²⁸. Quanto mais isto é verdade entre as várias igrejas! Em vez de viver comunhão, vivemos competição, em vez de igualarmos-nos à visão do Reino de Deus, igualamos-nos ao Reino do Mercado. Enquanto vivia em Salvador, na Bahia, isto foi muito óbvio: na hora do culto, centenas de “crentes” – e católicos romanos – corriam para esta ou aquela sua igreja, das quais havia número abundante, mas cada uma sem contato nenhum com a outra. A outra é considerada menos verdadeira, menos crente, menos missionária, menos moral, enfim, de confiança, nenhum traço²⁹. Paulo gastava parte considerável das suas cartas zelando pela unidade da igreja. Em 1 Coríntios, por exemplo, diz:

10 Rogo-vos, irmãos, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que faleis todos a mesma coisa e que não haja entre vós divisões; antes, sejais inteiramente unidos, na mesma disposição mental e no mesmo parecer. 11 Pois a vosso respeito, meus irmãos, fui informado, pelos da casa de Cloe, de que há contendas entre vós. 12 Refiro-me ao fato de cada um de vós dizer: Eu sou de Paulo, e eu, de Apolo, e eu, de Cefas, e eu, de Cristo. 13 Acaso, Cristo está dividido? Foi Paulo crucificado em favor de vós ou fostes, porventura, batizados em nome de Paulo? (1Co 1.10-13).

Por causa de Cristo, cujo corpo é um só, é preciso apostar nos irmãos e nas irmãs, investir confiança, orientar-me pela ética maior à qual somos chamados, a dar, livremente, confiança como dádiva, mas sempre de forma informada. Não se trata de confiar em cada qual, nem de aceitar tudo. Mas é preciso acharmos formas de convivência a partir da nossa confiança comum, nossa fé, pois o testemunho que damos é de incoerência e prejudica nossa missão. Uma igreja unida – não uniformizada – terá um impacto bem maior na sociedade e poderá, de melhor forma, “responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós”, como diz em 1Pe 3.15.

28 Isto propiciou o *Fórum Nacional de Unidade: Contexto e Identidade da IECLB*, realizado em Araras/RJ de 04 a 07 de maio de 2004. Na minha visão, foi impressionante que, a despeito de todas as diferenças e de momentos tensos, ficou óbvia a vontade de pertencer a esta igreja, com confiança no seu Senhor e na sua capacidade de manter unidade na diversidade – a atitude básica necessária para qualquer diálogo.

29 O antropólogo norte-americano John BURDICK constatou, ao longo das suas pesquisas de campo na Baixada Fluminense, um “ciclo de desconfiança” nutrido pelo preconceito entre, no caso, católicos de *comunidade* (de base) e “crentes”, que impede, inclusive, sua cooperação prática em associações de bairro. *Looking for God in Brazil: The Progressive Catholic Church in Urban Brazil's Religious Arena*, Berkeley, Los Angeles, London: University of California, 1996, p. 230. (Ed. brasileira: *Procurando Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998).

Além disto, as igrejas podem ajudar-se, mutuamente, a terem uma melhor hermenêutica da confiança em Deus, portanto, aprofundar e corrigir sua fé em Deus. Como diz Dietrich Ritschl: “Nossos parceiros ecumênicos são sempre apenas os reformadores potenciais da nossa própria doutrina.”³⁰ Implica “considerar a possibilidade de que o Espírito fala por intermédio delas” e que “aqueles que interpretam diferentemente a tradição cristã têm uma ‘reta intenção de fé’”, como constata um estudo do Conselho Mundial de Igrejas sobre uma hermenêutica ecumênica³¹. Ritschl desafia-nos ao defender que, adiantando esta confiança, e na base dela, seria possível comungar juntos na eucaristia, inclusive entre evangélicos e católicos romanos. Isto sem que as diferenças doutrinárias tenham sido resolvidas, pois assume uma comunhão mais profunda que possibilite a união na fé mesmo diante de doutrinas diferentes. Naturalmente, tudo depende da compreensão do que seja doutrina. Mas não há dúvida de que, sem apostar na outra igreja e adiantar confiança, nunca haverá ecumenismo, nem comunhão na fé³².

b) Confiança e convivência na sociedade

Cristãos e cristãs também fazem parte da sociedade mais ampla. Enquanto membros da igreja, somos também cidadãos e cidadãs, trazendo nossa contribuição para a convivência na sociedade. Karl Barth expressou isto muito bem ao situar a comunidade cristã dentro da comunidade civil, em círculos concêntricos³³.

Vimos acima como é fraca a confiança entre as pessoas, ao passar dos círculos mais íntimos aos quais pertencem. Retomando Roberto Da-Matta, podemos dizer que é preciso ampliar o conceito de pessoa pela igualdade, sem cair na frieza de um individualismo que desprezaria as relações humanas. A democracia e, portanto, a cidadania dependem da constituição

30 Dietrich RITSCHL, *Theorie und Konkretion*, op. cit., p. 191: “Unsere ökumenischen Partner sind immer nur die potentiellen Reformatoren unserer eigenen Lehre.”

31 CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS: COMISSÃO DE FÉ E ORDEM; CONIC, *Um tesouro em vasos de argila*, op. cit., p. 10 e 24.

32 Nesta linha de uma confiança mais profunda, acredito que também seja possível achar bases para o diálogo inter-religioso, embora nas outras religiões não possamos pressupor, de antemão, a mesma fé. Não partilhemos, necessariamente, do Cristo como Palavra de Deus e do seu testemunho principal, da Bíblia. Porém, acho que há boas razões para, também aqui, apostar na profundidade da confiança. Cf. minhas reflexões ao analisar a dimensão ecumênica em Raimon Panikkar, cujo tema principal é o diálogo inter- e, profundamente, intra-religioso: Rudolf von SINNER, *Reden vom Dreieinigen Gott in Brasilien und Indien*, op. cit., p. 316-328.

33 Karl BARTH, Comunidade cristã e comunidade civil, in: id., *Dádiva e Louvor*: artigos selecionados, trad. Walter O. Schlupp, Luís Marcos Sander e Walter Altmann, seleção e prefácio de Walter Altmann, 2. ed., São Leopoldo: Sinodal, 1996, p. 289-315.

e de leis que organizam a convivência e estabelecem direitos e deveres, exatamente para facilitar a confiança até entre pessoas que não se conhecem. Onde eu não tenho como cobrar faltas, o estado assume esta tarefa. Mas precisa, para tal fim, da minha colaboração. É preciso, como notou com razão o colega Roberto Zwetsch, numa palestra proferida dez anos atrás, que o Estado confie na capacidade democrática dos seus cidadãos e cidadãs³⁴. Por outro lado, é também preciso que estes e estas apostem e invistam confiança no Estado, mantendo-se informados e acompanhando-o de forma crítico-constructiva³⁵. Certamente, neste sentido, tem havido grandes avanços nos últimos dez anos, mas persiste ainda uma grande distância entre governantes e governados. Vimos isto claramente nas pesquisas citadas inicialmente. Porém, não se trata apenas da relação entre governo e cidadãos e cidadãs. Onde há uma sociedade sustentada por alto grau de confiança, também o Estado funciona melhor, e seus serviços são alcançáveis para a população, pois a ética de conduta dos funcionários públicos tem conseqüências imediatas para o funcionamento do Estado.

Finalizando, gostaria de encorajar-nos a vivermos a confiança tanto no âmbito da igreja quanto na sociedade, apostando nas outras pessoas, fazendo o investimento prévio da confiança, procurando ligar-nos a uma ética maior, cedendo confiança como dádiva e mantendo-nos sempre informados. Minha esperança seria que, desta forma, mesmo com todas as decepções que haverá no caminho, pesquisas futuras possam mostrar que aumentou nossa confiança nas pessoas com as quais convivemos.

34 Roberto ZWETSCH, Cidadania e modernidade, *Estudos Teológicos*, v. 34, n. 1, 1994, p. 26. Destaca as formas da democracia semidireta, prevista na Constituição de 1988 (Art. 14), que quase não são usadas.

35 Cf. Walter ALTMANN, *Lutero e libertação: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana*, São Leopoldo: Sinodal, São Paulo: Ática, 1994, p. 176-180, e minhas reflexões em Rudolf von SINNER, *Healing Relationships in Society*, op. cit.